

O papel da gestão de recursos faunísticos no combate aos caçadores furtivos: “Caso da Reserva do Niassa”

Iasalde das Neves Adamugi Ussene Mestrando em Gestão de Desenvolvimento

Endereço: Iasaldeussene@gmail.com

1. Resumo

O presente artigo teve como objectivo analisar como são geridos os recursos faunísticos na reserva do nacional do Niassa no âmbito do combate aos caçadores furtivos. Neste contexto a questão central foi: Até que ponto a gestão dos recursos faunísticos pode contribuir no combate aos caçadores furtivos? Teve como base a revisão da literatura que referencia aspectos relacionados com a caça furtiva e suas estratégias de gestão. A metodologia usada foi a qualitativa por serem aspectos já conhecidos, mas que ainda precisam uma reflexão e análise para erradicar definitivamente a caça furtiva na reserva nacional do Niassa. Os resultados mostraram que a motivação que leva a prática da caça furtiva é a pobreza a nível local, a fraca valorização do sector de conservação; Fraca capacidade de fiscalização; A existência de Fronteiras vulneráveis; a corrupção no seio dos fiscais; Descoordenação institucional; Existência de um quadro legal sem domínio sobre as leis ambientais; Fraco conhecimento de legislação por parte da comunidade; o crescimento populacional dentro das Reservas e a demanda por recursos faunísticos por redes criminosas. O estudo aponta como estratégia de gestão destes recursos, actuação da polícia de protecção de recursos florestais e faunísticos, o envolvimento da comunidade no sentido de introduzir um estatuto legal das comunidades, permitindo uma gestão participativa de todos os parceiros na tomada de decisões.

Palavras-chave: gestão, recursos faunísticos, caça furtiva

1.1 Abstract

The objective of this article was to analyze how wildlife resources are managed in the Niassa National Reserve in the context of combating poachers. In this context the central question was: To what extent can wildlife management contribute to the fight against poachers? It was based on the literature review that referred aspects related to poaching and its management strategies. The methodology used was qualitative because they are aspects already known, but still need a reflection and analysis to definitively eradicate poaching in the Niassa National Reserve. The results showed that the motivation behind the practice of poaching is poverty at the local level, the poor valuation of the conservation sector; Weak surveillance capacity; The existence of vulnerable borders; corruption within prosecutors; Institutional disorganization; Existence of a legal framework without control over environmental laws; Weak knowledge of legislation by the community; the population growth within the Reserves and the demand for fauna resources by criminal networks. The study points to the management strategy of these resources, the police action to protect forest and wildlife resources, community involvement in order to introduce a legal status of communities, allowing a participatory management of all partners in decision making.

Key words: management, wildlife resources, poaching

1.2 Introdução

A caça furtiva é um dos crimes praticados contra o meio ambiente (Banks e tal, 2008). A caça leva a extinção ou diminuição das populações das espécies animais, afectando o equilíbrio dos ecossistemas naturais, aumenta os conflitos entre as comunidades rurais e animais. Pois os animais devoram os produtos agrícolas das machambas porque não encontram no seu habitat a sua presa. Deste modo a caça furtiva é constituída por um conjunto mais diversificado de comportamentos e interesses criminosos (Lemieux e Clarke, 2009). Como medida para evitar esta tragédia, o presente artigo propõe-se em analisar como a gestão dos recursos faunísticos pode contribuir para o combate aos caçadores furtivos num panorama das medidas para a protecção, em especial, no tocante ao comércio internacional ilegal dos recursos faunísticos e seus derivados em perigo de extinção.

1.3 Problematização

Segundo Cervo e Brian (2002), o problema como uma “questão intrínseca que envolve uma dificuldade teórica” ou pratica que deve ser encontrada uma solução. Portanto o problema é uma questão colocada para ser respondida (p.84). Neste contexto os recursos faunísticos constituem elementos indispensáveis para o equilíbrio do meio ambiente e nos últimos momentos vem sofrendo uma constante exploração desordenada. Dai que surge a seguinte questão: Até que ponto a gestão dos recursos faunísticos pode contribuir no combate aos caçadores furtivos?

1.4 Justificativa

Conforme Lakatos e Marconi (2003), a justificativa é a exposição sucinta, porém, completa dos motivos de ordem prática que tornaram importante a realização da pesquisa (p.87).

Moçambique é um dos países africanos que encontra-se ameaçado devido à exploração desordenada de seus recursos naturais. Uma das razões do crescente aumento das espécies ameaçadas de extinção é a caça furtiva. Este foi o motivo que despertou o interesse em pesquisar a actual situação da caça furtiva de animais selvagens na Reserva Nacional do Niassa e quais as soluções apontadas para seu combate.

1.5 Objectivo geral:

- Analisar a gestão dos recursos faunísticos no combate aos caçadores furtivos

1.5.1 Objectivos específicos

- Identificar as motivações que incentivam aos caçadores ao abate ilegal dos recursos faunísticos
- Caracterizar o comportamento do caçador furtivo na valorização dos recursos faunísticos existentes na sua região.
- Descrever as estratégias usadas na gestão dos recursos faunísticos no combate a caça furtiva

1.6 Questões de pesquisa

- Quais são as motivações que incentivam aos caçadores ao abate ilegal dos recursos faunísticos
- Qual é o comportamento do caçador furtivo na valorização dos recursos faunísticos existentes na sua região.
- Que estratégias são usadas na gestão dos recursos faunísticos no combate a caça furtiva

2. Metodologia

Segundo Vilelas (2009) a pesquisa interpretativa “descreve todos os fenómenos e atribui significados.” Portanto, o pesquisador constitui o instrumento chave e tende a analisar os seus dados indutivamente (p.105). Nesta pesquisa foi usado o método qualitativo, com enfoque indutivo. A escolha deste método partiu-se de princípio que se trata de um assunto conhecido o qual irá fazer-se uma análise descritiva com base nas literaturas que referenciam aspectos ligados a este estudo.

3. Recursos faunísticos

Segundo Milares (2001), os recursos faunísticos são o “conjunto de animais que vivem numa determinada região, ambiente ou período geológico”, sendo que a noção vulgar se refere ao “conjunto dos animais que habitam o planeta na actualidade ou que nele viveram em épocas anteriores (p.171.). Assim podemos afirmar que na reserva nacional do Niassa vivem um conjunto de animais que directa ou indirectamente ajudam na conservação da biodiversidade e manutenção do ecossistema. Esta fauna apenas sobrevive quando os animais que nela vivem encontram condições favoráveis para a sua sustentabilidade. Dai que a gestão de recursos faunísticos constitui uma condição sine-qua-non para a manutenção e conservação da biodiversidade.

Para Silva (1999,p.111) a fauna em sentido lato, pode ser definida como conjunto de todos os animais de uma região ou de um período geológico. Esta afirmação nos faz perceber que o conjunto de animais que vivem num espaço ou reserva num determinado período podemos considerar que estes recursos pertencem nesta reserva já que encontramos os progenitores desta espécie na mesma região. Na mesma linha de pensamento, Bechara (2003,p.20), adota como definição de recursos faunísticos o conjunto dos espécies animais de um país, região ou estação, ou ainda de um período geológico. Portanto os recursos faunísticos são o conjunto de espécies animais, que vivem em um determinado espaço territorial e temporal.

3.1 Importância dos recursos faunísticos

Os recursos faunísticos são elementos imprescindíveis para a obtenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a consequente sadia qualidade de vida, uma vez que ela junto com outros factores mantém o funcionamento harmónico do ecossistema. Nesta ordem de ideia Bechara (2003,p.38) afirma que os animais detém, ao lado de outros elementos bióticos e abióticos, a responsabilidade de manter o ecossistema em perfeito funcionamento, seja pela sua participação na cadeia alimentar, seja pela polinização das plantas, seja ainda pela disseminação das sementes.

Assim Bechara (2003, p.38) afirma que animais possuem um papel fundamental na obtenção de descobertas de novas substâncias e tecnologias para tratamentos de doenças em seres humanos, seja porque produzem certos compostos químicos utilizados em medicamentos, capazes de atenuar certos sintomas de doenças ou até mesmo curá-las, seja por uso dos seus próprios corpos em experimentos e testes laboratoriais. Este posicionamento nos lembra Couto (2014), quando afirma que os cornos de rinoceronte e dentes de elefante são usados na Ásia para fins de cura de certas doenças crónicas e geração mágica de riquezas.

3.2 Recursos faunísticos na reserva do Niassa

Na Reserva Nacional de Niassa existem muita diversidade faunística com cerca de 20.000 elefantes, 14.000 pala-palas, 800 leões, 350 cães selvagens africanos, leopardos, búfalos e mais de 400 espécies de pássaros alguns em perigo de extinção (Craig, 2009 e SGDRN, 2010). Apesar dessa aparente abundância de espécies de recursos faunísticos esta encontra-se ameaçada, sendo o comércio ilegal dos animais e seus órgãos uma das principais causas que pode levar a extinção de certas espécies faunísticas. Neste contexto Couto (2014, p.97) afirma que na Reserva Nacional do Niassa, a caça furtiva ao elefante e ao rinoceronte tem registado um aumento

significativo e bastante preocupante. O elefante e rinoceronte, enfrentam uma das maiores crises das últimas décadas. Ainda o mesmo autor afirma que diversos estudos, reportagens tem revelado tendências bastante alarmantes no número de casos de caça furtiva que tem dizimado estas duas espécies. A reserva do Niassa tem sido alvo desta crise, emergindo como um dos principais locais de abate de marfim e de cornos de rinoceronte.

3.3 Característica dos caçadores furtivos

De acordo com Couto (2014), na Reserva Nacional do Niassa existem três tipos de caçadores furtivos, nomeadamente: fornecedores; intermediários e os consumidores (p.67). Os fornecedores são pessoas que vivem perto da reserva e geralmente muito pobres e que possuem uma qualidade de vida muito baixa, sem acesso à educação e à saúde. Além de caçarem os animais para se alimentar, buscam para comércio ilegal de animais como uma fonte de renda para suportar as suas despesas diárias. Neste contexto Abdalla (2007,p.182) afirma que os principais fornecedores de órgãos de animais selvagens para o comércio ilegal são os países em desenvolvimento, onde parte da população dele necessita para sua sobrevivência. Os intermediários são pequenos e médios caçadores furtivos que fazem a conexão com os grandes traficantes que actuam dentro do país e internacionalmente; muitas vezes são grandes “patrões”. Os consumidores são indivíduos que usam os tais órgãos dos animais para certos fins obscuros e industriais, muita das vezes são residentes na Ásia concretamente na China, Tailândia.

3.4 Motivações dos caçadores furtivos no abate ilegal dos recursos faunísticos da reserva do Niassa

Booth e Dunham (2014,p.185) afirmam que o motivo do aumento da caça furtiva na África, está directamente ligado ao aumento do comércio ilegal do marfim no continente asiático, em particular na China e na Tailândia. Estes autores afirmam ainda que a grande procura do marfim e cornos de rinoceronte se deve ao seu aspecto decorativo e supostas virtudes medicinais. A Reserva do Niassa encontra-se circunscrito na África e provavelmente a posição destes autores acaba sendo abrangente para a nossa situação. Neste contexto Couto (2014, p. 67) acrescenta que o principal mercado esta na Ásia, principalmente no Vietname e China onde os cornos do rinoceronte são também utilizado como um símbolo de poder e fortuna e como um ingrediente em medicina tradicional para alegadamente tratar inúmeras situações que vão desde a febres e dores de cabeça, a alucinações e cancro.

De acordo com Couto (2014,p.80), através das riquezas galopantes que surgem na base destes recursos faunísticos, o preço do corno de rinoceronte passou a ter custos elevados, chegando o quilograma a ser comercializado em Hong Kong e China por mais de US \$60.000

Por outro lado a Couto (2014, p. 56) aponta também como factores: a pobreza a nível local, a fraca valorização do sector de conservação; Fraca capacidade de fiscalização do Estado; A existência de Fronteiras vulneráveis; a corrupção no seio dos fiscais; Descoordenação institucional; Existência de um quadro legal e sem domínio sobre as leis ambientais; Fraco conhecimento de legislação por parte da comunidade; o crescimento populacional dentro das Reservas.

3.5 O comportamento do caçador furtivo na valorização dos recursos faunísticos existentes na sua região.

É dever de todos os membros da comunidade preservar os patrimónios naturais, bem como a fauna de sua região. Mas pelo contrário na reserva nacional do Niassa o processo de caça ilegal envolve jovens entre os 18 e os 35 anos, que acabam criando hábito a dinheiro ilícito, rápido e de grandes volumes, e aprendem como estabelecer e funcionar em redes criminosas. Isto levanta problemas sociais bastante complicados, pois entram facilmente noutra tipo de actividades criminosas no futuro, uma vez tendo já estabelecido as redes que facilitam o aceso, transporte e venda de mercadorias ilícitas.

Para Couto (2014,p.87), os caçadores furtivos não são na sua maioria traficantes. O marfim e os cornos de rinoceronte que saem dos parques e reservas de África são geralmente vendidos ou transferidos por indivíduos de extrema pobreza para redes criminosas. São negociantes e intermediários que transportam o material através de fronteiras e branqueiam as receitas associadas. Em muitos aspectos, estas actividades são muito semelhantes ao tráfico de droga, de produtos minerais ou de armas. Na realidade, são os preços astronómicos do marfim e do corno de rinoceronte que atraem os membros destas redes transnacionais de crime organizado. Muitos destes caçadores furtivos têm pouco treino, no entanto, um grande número opera em formações sofisticadas para evitar a detecção e caçar a presa de forma mais eficaz. Couto (2014,p.89) afirma ainda que alguns estão equipados de espingardas automáticas e actuam durante a noite. Independentemente do seu grau de organização, o seu número é suficiente para derrotar as agências de gestão da vida selvagem e equipas de guardas florestais.

3.6 A gestão estratégica no combate a caça furtiva na reserva do Niassa

Actualmente existem a nova unidade da polícia de protecção dos recursos naturais e meio ambiente que tem estado a desencadear várias acções no sentido de estancar a caça furtiva, desta forma a luta contra a caça ilegal em Moçambique está a registar progressos, centenas de caçadores ilegais têm sido detidos, apesar do número reduzido do seu efectivo perante a vastidão da área de conservação do Niassa.

Segundo Couto (2014,p.82) As áreas de Conservação necessitam também de introduzir sistemas de gestão para a sua força de fiscalização, de forma a poderem monitorar adequadamente a eficácia das patrulhas e gerindo o pessoal com base nas situações que vão surgindo. Portanto uma gestão efectiva e eficiente da força de fiscalização é mais relevante do que apenas se adicionarem efectivos de guardas-fiscais. A falta de recursos humanos e financeiros é a principal razão da falta de capacidade para fazer face à gestão da fauna bravia e do conflito. Portanto na reserva do Niassa há poucos técnicos com experiência prática para lidar com o conflito. Portanto, há necessidade de formar brigadas especializadas e equipá-las com instrumentos e materiais a serem alocados ao nível das áreas de conservação.

O tipo de equipamento e infra-estruturas disponíveis para a força de fiscalização varia bastante de área para área. Neste contexto Couto (2014,p.83) afirma que a reserva do Nacional do Niassa não possui infra-estruturas e equipamento que responde as expectativas actuais, o que reflecte também num impacto na motivação dos fiscais em exercer as suas funções. Também a área de conservação do Niassa não faz uso de tecnologias sofisticadas para apoiar as actividades de fiscalização, dependendo unicamente nas capacidades dos seus recursos humanos.

No sentido de melhorar a intervenção fiscal recomenda-se o uso de tecnologias sofisticadas para as actividades de fiscalização, o aumento e treinamento de fiscais principalmente nas áreas da reserva que tem sido alvo de maior incidência de caça furtiva. Precisa-se melhorar os incentivos da força de fiscalização através, entre outros. Também o estado deve investigar as conexões das redes criminosas, os furtivos, a força de fiscalização, comerciantes e consumidores.

Precisa-se melhorar a sensibilidade sobre o assunto no seio das populações. Isto requer uma abordagem de sensibilização que toca vários níveis e sectores de forma abrangente. A mensagem deve vir de todas frentes, mostrando a seriedade e gravidade da situação. Neste contexto o estado moçambicano através do alto magistrado da nação deve promover um diálogo de fortalecimento

de cooperação no combate a este tipo de casos com os países que constituem os principais mercados.

Couto (2014,p.86) afirma que necessário o envolvimento das comunidades locais que convivem com a vida selvagem, tornando os benefícios de co-habitarem com estas. As comunidades que vivem na vizinhança dos parques e reservas estão situadas no epicentro do grave fenómeno crescente da caça furtiva e são um elemento chave para travar a crise. O envolvimento e o apoio concreto destas comunidades podem contribuir para dissuadir os jovens de praticar a caça furtiva e providenciar informação crucial sobre actividades ilegais. Mas estudos feitos por Ferrão (2008, p.47) afirmam que na reserva nacional do Niassa após a massificação dos programas de conservação baseados na comunidade, em 2005, pouco se fez para monitorá-los e, das poucas avaliações feitas, foram negligenciados o impacto desses programas na qualidade de vida das comunidades e na conservação da própria biodiversidade.

Matakala (2004), afirma que as condições para uma parceria de sucesso e entre outros inclui a necessidade de se introduzir (i) um estatuto legal das comunidades, (ii) acordos escritos, (iii) fortalecimento institucional, (iv) tempo suficiente para amadurecer as parcerias, (v) participação de todos os parceiros na tomada de decisões, (vi) uma política clara que as comunidades beneficiam e (vii) um quadro legal de trabalho. Note-se aqui, que apesar de as parcerias puderem ser informais com base num simples aperto de mão e confiança mútua, é importante que os acordos sejam formalizados de modo a salvaguardar os interesses das comunidades e prevenir futuros conflitos.

FAO (1998), afirma que os aspectos de manejo de recursos naturais como propriedade comum e observa que uma das principais condições de sucesso de uma iniciativa comunitária é que haja vantagem comparativa de gerir os recursos colectivamente, ao invés de gerir os recursos de maneira individual. Mais ainda, nota que o manejo da propriedade comum passa pela necessidade de “devolver” os recursos para um grupo de usuários, a comunidade. Com esta “devolução”, a comunidade pode aumentar o seu poder de controle sobre os recursos evitando que indivíduos de fora da comunidade façam uso dos seus recursos sem que esta se beneficie.

4. Conclusão

Uma das motivações encontradas neste estudo, no que tange aos caçadores furtivos é a pobreza a nível local, a fraca valorização do sector de conservação; Fraca capacidade de fiscalização do Estado; A existência de Fronteiras vulneráveis; a corrupção no seio dos fiscais; Descoordenação institucional; Existência de um quadro legal e sem domínio sobre as leis ambientais; Fraco conhecimento de legislação por parte da comunidade; o crescimento populacional dentro das Reservas e a demanda por recursos faunísticos por redes criminosas.

o estudo aponta como estratégia de gestão destes recursos, a actuação eficiente da actual policia de protecção dos recursos florestais e faunísticos introduzida recentemente o envolvimento da comunidade no sentido de providenciar informação crucial sobre actividades ilegais. Ainda Afirma a necessidade de se introduzir um estatuto legal das comunidades, permitindo uma gestão participativa de todos os parceiros na tomada de decisões.

Por se constatar que a reserva do Nacional do Niassa não possui infra-estruturas e equipamento que responde as expectativas actuais, recomenda-se o uso de tecnologias sofisticadas para as actividades de fiscalização, o aumento e treinamento de fiscais principalmente nas áreas da reserva que tem sido alvo de maior incidência de caça furtiva. Precisa-se melhorar os incentivos da força de fiscalização através, entre outros. Também cabe o estado deve investigar as conexões das redes criminosas, os furtivos, a força de fiscalização, comerciantes e consumidores.

5.Referências bibliográficas

- Abdalla V. D. (2007) *A protecção da fauna e o tráfico de animais Silvestre*. Brasil, São Paulo: Piracicaba.
- Banks, D. Davies, C. Gosling, J. Newman, J. Rice, M. Wadley, J. Walravens, F.(2008). *Crime Ambiental: Um desafio para o nosso futuro*. Reino Unido, Londres: Emmerson Press
- Bechara, E. (2003). *A protecção da fauna sob a óptica constitucional*. Brasil, São Paulo: editora Juarez de Oliveira
- Booth & Dunham (2014).*Human–Wildlife Conflict in Mozambique: A National Perspective, With Emphasis on wildlife Attack on Humans*. Fauna & Flora International, v. 44, n. 2, p. 185.
- Cervo & Bervian (1989). *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na Graduação*. 2ª Ed. Brasil, São Paulo. Atlas.
- Couto, M. (2014). *Abordagem estratégica ao tráfico ilegal da fauna e caça furtiva de elefantes e rinocerontes: Relatório produzido para W.W.F Moçambique*. Moçambique, Maputo: World Wildlife Fund.
- Craig, G. C. 2009. *Aerial survey of wildlife in the Niassa reserve and adjacent areas* . Maputo, Editora Atlas.
- FAO. (1998); *Guidelines for soil profile description*; (2ª ed.) Soil Resources Development and Conservation Service. Roma: FAO.
- Ferrão, J. (2008) *A Gestão comunitária dos recursos naturais versus conservação transfronteiriça – convergências e discontinuidades*. Brasil, São Paulo: Revista de Economia e Relações Internacionais., v. 6, n. 12, p. 47.
- Lakatos & Marconi (2003) *Fundamentos de metodologia científica*. (5ª ed). Brasil, São Paulo:
- Lemieux, A.M.; & Clarke, R. V.(2009) *The international ban on ivory sale and effect of elephant poaching in Africa*. The British Journal of criminology.
- Matakala, P. (2001). *Instrumentos de Recolha e Métodos de Análise de Dados: Curso Sobre Métodos Qualitativos de Investigação em Maneio Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN)*; Moçambique, Maputo.
- Milaré, É. (2001). *Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário*. (2.ed.) São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Moçambique.
- Reserva Nacional de Niassa-Janeiro. Lugenda*. Maputo, Moçambique.

Silva, J. A.(2002). *Direito ambiental constitucional*. (4.ed.). São Paulo: Malheiros.

Sociedade de Gestão da Reserva Nacional de Niassa (SGDRN). 2010. *Boletim informativo da reserva do Niassa*.

Vilellas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do Conhecimento Brasil*, São Paulo: Atlas editora.